



Universidades Lusíada

Moreira, Adriano, 1922-

Portugal e o mar

<http://hdl.handle.net/11067/5210>

<https://doi.org/10.34628/r4ch-s029>

Metadados

Data de Publicação

2008

Resumo

A relação secular de Portugal com o mar e enquadrada historicamente pelo conceito estratégico nacional de expansão formulado pela dinastia de Aviz cujo ponto final se localizou na Revolução de 1974. Mas esse desenlace não impediu a manutenção da ligação de Portugal a OTAN, o que permite concluir que a adesão a União Europeia nos anos 80 foi uma decisão sem alternativa. A pertença de Portugal a OTAN traz hoje novos desafios: estando na articulação entre a segurança do Atlântico Norte com o Atlânt...

The unique relationship between Portugal and the sea is historically significant due to the national strategic concept of expansion formulated by the Aviz dynasty (15th century) ending with the 1974 Revolution. However, this ending did not quit occur with the portuguese presence in the NATO and therefore the entrance in the European Union was a certain decision. The Portuguese presence in the NATO brings, today, new challenges and new demands: being part of the articulation of safety between the...

Palavras Chave

Organização do Tratado do Atlântico Norte, Marinha - Portugal

Tipo

article

Revisão de Pares

yes

Coleções

[ILID-CEJEA] Polis, n. 17 (2008)

Esta página foi gerada automaticamente em 2024-11-14T19:25:26Z com informação proveniente do Repositório

PORTUGAL E O MAR

Adriano Moreira

Presidente da Academia das Ciências de Lisboa
Professor Emérito da Universidade Técnica de Lisboa

Resumo

A relação secular de Portugal com o Mar é enquadrada historicamente pelo conceito estratégico nacional de expansão formulado pela Dinastia de Aviz cujo ponto final se localizou na Revolução de 1974. Mas esse desenlace não impediu a manutenção da ligação de Portugal à OTAN, o que permite concluir que a adesão à União Europeia nos anos 80 foi um decisão sem alternativa. A pertença de Portugal à OTAN traz hoje novos desafios: estando na articulação entre a segurança do Atlântico Norte com o Atlântico Sul, na articulação dessas seguranças com a do Mediterrâneo, ligado aos Estados de Língua Portuguesa na CPLP o Mar vem até nós com redobradas exigências. E ou teremos vontade de dar respostas ou derivamos para destinatários de decisões alheias. É nesta hora de perplexidade nacional que avultam como inspirações os exemplos da Dinastia de Aviz e o de Bartolomeu Dias.

Palavras Chave

OTAN – Mar – Segurança – Marinha – Europeização da defesa.

Summary

The unique relationship between Portugal and the Sea is historically significant due to the national strategic concept of expansion formulated by the Aviz Dynasty (15th century) ending with the 1974 Revolution. However, this ending did not quit occur with the portuguese presence in the NATO and therefore the entrance in the European Union was a certain decision. The Portuguese presence in the NATO brings, today, new challenges and new demands: being part of the articulation of safety between the North and South Atlantic and the articulation of those securities with the Mediterranean. Connected to the Portuguese Language States in the CPLP (Portuguese Speaking Language Countries Comunity), the sea demands that either we want to answer its needs or others will decide for us. It is in this time of national perplexity that inspirational examples rise from the Aviz Dynasty and from the navigator Bartolomeu Dias.

Key Words

NATO – Sea – Security – Navy – European Defense.

A relação secular de Portugal com o Mar, cujo ponto histórico de referência na definição de um conceito estratégico nacional está no Plano de expansão formulado pela Dinastia de Aviz, tem essa relação essencial com o interesse nacional, mas também com uma dinâmica que em primeiro lugar levou à mundialização das interdependências, e, no século XX, às exigências prementes de uma redefinida governança dessa mundialização. A geração que, nesta entrada do Milénio, se prepara nas Academias Navais para servir a Marinha, inicia as suas responsabilidades num ponto de ruptura que é extremamente desafiante para os interesses nacionais. Os responsáveis políticos pela formação que as escolas actuais assumiram, foram participantes activos durante o esgotamento da governança mundial anterior, que se traduzia no que tenho chamado Império Euromundista, porque todo o poder supremo da governança mundial esteve repartido entre potências ocidentais, soberanias especialmente sediadas nas margens do Atlântico, e nem sempre guardando entre si a paz pelo direito.

Esta última circunstância teve um desenvolvimento catastrófico com a Guerra Mundial de 1939-1945, que obrigou ao desmantelamento desse Império Euromundista, incluindo inevitavelmente a parcela em que consistia o Ultramar Português, de modo que a Revolução de 1974 (dos Cravos) foi, do ponto de vista nacional, o ponto final do Projecto da Dinastia de Aviz.

Desse passado temos, no Património Nacional, a marca indelével na identidade portuguesa, o testemunho de uma forte intervenção na definição da identidade ocidental, e também a marca deixada na globalização anunciada num texto de projecção universal que são *Os Lusíadas* de Luís Vaz de Camões. A implantação da língua portuguesa na geografia dos 3 AAA (Ásia, África, América Latina), acompanha a responsabilidade de redefinir a nossa intervenção nos futuros incertos do mundo, com salvaguarda da memória histórica, e honrando a continuidade da capacidade de assumir riscos, agora os inerentes à globalização.

Que o actual milénio se define como uma época de incerteza, que a debilidade da prospectiva está assumida, que no passado nunca aconteceu tudo, que a definição do futuro é responsabilidade de saberes sempre contestáveis, são componentes da nossa circunstância geralmente assumidos.

Mas não seria apropriado imaginar que a incerteza era menos desafiante quando a Casa de Aviz iniciou a expansão, quando o Infante D. Henrique decidiu chamar o apoio dos saberes do tempo que lhe aconteceu viver, quando conseguiu que o carisma pessoal animasse a decisão de enfrentar o desconhecido. Falando a marinheiros, recordarei que foi por isso que dediquei um dos meus modestos trabalhos à memória de Bartolomeu Dias, com esta evocação, que repito – *Um marinheiro que morreu tentando*.

De facto, por três vezes embarcou empenhado na tarefa de descobrir o caminho marítimo para a Índia, foi quem dobrou o Cabo da Boa Esperança,

por então chamado Cabo das Tormentas, e na terceira viagem perdeu-se no mar salgado pelas lágrimas de Portugal, como séculos depois diria Fernando Pessoa.

Mas nunca desistiu, e certamente não deixou de acreditar que a sua devoção e sacrifício ficariam nos alicerces do projecto que não seria abandonado pelas gerações seguintes. O mesmo sentimento que inspira a divisa da Marinha – *Honrai a Pátria, que a Pátria vos contempla*.

Aconteceu, ao longo dos séculos da história portuguesa, que a determinação, saber, e coragem, nunca deixaram de avaliar, com prudência governativa, o equilíbrio com poderes políticos concorrentes ou mesmo adversários, e por isso a acção diplomática foi sempre essencial, assim como a necessidade de um apoio externo, vista a dimensão relativa do poder político português na comunidade internacional, também nunca foi dispensável, tudo acompanhado pela cautela de evitar intervir nas querelas interiores da cristandade.

A Aliança Inglesa foi a mais permanente das solidariedades, com os custos inerentes à desigualdade dos poderes, até que o fim do Império Euromundista, sem formalmente a pôr em causa, obrigou a outras definições. Tendo conseguido manter a chamada *neutralidade colaborante* na guerra de 1939-1945, sem ter podido evitar o sacrifício de Timor invadido novamente por aliados e japoneses, o apoio à reorganização da segurança do Atlântico Norte, logo que a solidariedade da URSS na guerra foi substituída pelo desafio que deu origem a meio século de guerra fria, foi um imperativo do facto de o mar nos chamar ao grupo de fundadores da NATO, garantia desse mar ocidental, base do projecto de libertar a Europa do Atlântico aos Urais, e de implantar a democracia, os direitos do homem, e o desenvolvimento sustentado, não apenas nesse espaço matricial dos ocidentais, mas com expressão mundial.

Neste caso talvez deve admitir-se que não foi o país que se lançou a longe pelo mar agora bem conhecido, foi a função do mar, na definição do espaço ocidental, que incluiu o país, por imperativo ao mesmo tempo da geografia, da funcionalidade do sistema de aliança estabelecida, e da defesa dos valores matriciais do Ocidente, nos quais está também impressa a marca do passado português que nos chama às responsabilidades pelo futuro. Foi todavia durante os cinquenta anos da guerra fria que Portugal teve de responder ao doloroso processo de desmobilização do Império Euromundista, na parte que lhe pertenceu gerir até 1974.

Depois desta data, que se foi importante para alterar o curso histórico do país, também o foi para o equilíbrio mundial da Ordem dos Pactos Militares, a pertença à NATO não era resposta suficiente para o apoio externo de que sempre necessitámos, e por isso a adesão à União Europeia foi uma decisão sem alternativa.

Esta decisão ainda obedeceu principalmente a objectivos de desenvolvimento sustentado com adesão aos modelos democráticos, e rejeição da ameaçadora implantação das estruturas do socialismo real: a evolução europeia foi

por nós acompanhada, com adesão à crescente estruturação de um modelo final ainda mal definido de unidade política, e com expressão incerta no chamado Tratado de Lisboa (2008), agora em período de reflexão. Uma reflexão que é sobretudo responsabilidade cívica.

Mas, entretanto, a circunstância mundial, no sentido de Ortega, depois de 1989, queda do Muro de Berlim, alterou-se radicalmente em termos de segurança e defesa.

Para tomar curta uma história longa, que certamente foi abordada nos cursos da Academia, a NATO sofreu vários desafios nascidos do processo de mudança da circunstância, entre eles os seguintes: a *europização da Defesa*, uma exigência que teve origem na exigência de distribuir equitativamente os encargos entre os EUA e a União Europeia; a alteração do conceito estratégico, que deixou de referir-se à linha de encontro dos dois Pactos Militares em confronto, para se terem em vista os interesses da NATO em qualquer ponto do mundo; a assunção da legitimidade própria para exercer o direito – dever de intervenção, com lamentável exercício no Kosovo; e sobretudo a deriva para o unilateralismo da administração republicana do Presidente Bush, que levou ao desastre do Iraque, ao agravamento do capital de queixas no Levante, e finalmente ao receio do regresso à *guerra fria* com o programado alargamento da NATO às áreas de influência da Rússia, com expressão na grave crise que explodiu no Cáucaso por causa do desmantelamento da Geórgia.

Tudo isto estando a Europa numa situação de carência de matérias-primas, de energia, de mão-de-obra, de reserva estratégica alimentar, e também desenvolvendo uma política de alargamento sem estudos prévios de *governabilidade*, e de responsabilidade de segurança sem conceito prévio de *fronteiras amigas*. Uma referência que também faltou à NATO na tentativa de admitir antigos satélites sem prestar devida atenção aos interesses da Rússia.

Se acrescentarmos a terrível demonstração do ataque do *fraco ao forte* que o terrorismo global exerce, fazendo do Ocidente o alvo indiviso, por tudo temos de admitir que a histórica natureza exógena de Portugal se acentuou, porque não pode considerar-se alheio a nenhuma das mudanças da circunstância que se desenvolveu ao redor do Ocidente, da NATO, do Atlântico Norte e, acrescento, do Atlântico Sul.

Sobretudo nesta área, convirá não esquecer que o espaço da NATO foi limitado ao Atlântico Norte numa data em que o processo descolonizador ainda não provocara atenção à segurança do Atlântico Sul, porque a multiplicação de soberanias na costa africana não somara os seus interesses aos das soberanias do continente americano, estas nascidas de movimentos de europeus emigrados, e não de nativos. Nesta data, a segurança do Atlântico Sul exige uma definição articulada com a do Atlântico Norte, onde se espera e vaticina que a moderação regressasse ao impulso unilateralista dos EUA, pacificando as divergências que tal unilateralismo causou na União Europeia, permitindo olhar

com determinação para a segurança do Mediterrâneo a que a França apela, e ter uma doutrina prudente de fronteiras amigas e governabilidade a leste.

A carência europeia que referi espelha-se com gravidade desigual pelos países da União, e Portugal não é um dos elos mais fortes do sistema. Mas acontece que, pela geografia, e pela definição dos interesses dos Estados e dos grandes espaços em que estão incluídos, Portugal está na articulação da segurança do Atlântico Norte com a segurança do Atlântico Sul, na articulação destas seguranças com a segurança do Mediterrâneo, titular da soberania, em redefinição geral, no território continental e nos Arquipélagos da Madeira e dos Açores, obrigado com os Estados de Língua Portuguesa na CPLP, que tem no Atlântico Sul uma importante e poderosa presença. Tendo presentes as debilidades do Estado Português, é necessário acrescentar o risco de a gestão dos recursos vivos da Zona Económica Exclusiva transitar para a Comissão Europeia.

Tudo ponderado, é certamente possível que uma atitude de desistência ou descaso leve a minimizar a narrativa de heróis do mar que marca a identidade portuguesa: mas o que não pode ser atenuado é o facto de o Mar vir ter com Portugal com exigências às quais ou teremos vontade e capacidade de responder com voz própria, ou a deriva para destinatários das decisões alheias, em que a nossa voz não será escutada, começará a desenhar-se no horizonte. É nestas horas de perplexidade nacional que o exemplo da Dinastia de Aviz e do Infante, o lema da Marinha que manda honrar a Pátria, a coragem em face de uma época de incerteza, o amor ao país e ao seu povo, servem de alicerce à vontade de colocar a inteligência e o saber ao serviço da invenção de novos futuros, informados de que nunca aconteceu tudo no passado, e que é na incerteza que avulta o exemplo de Bartolomeu Dias, um grande marinheiro que morreu tentando, e a cujo esforço o futuro deu razão. É certo que ninguém escolhe o povo e a terra onde lhe aconteceu nascer, e que partir é um direito de ir e andar pelo mundo. Mas a outra decisão, que é um acto de amor, é decidir ficar. A Marinha é um conjunto de homens que decidiram ficar.

Escola Naval

14 de Novembro de 2008